

RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 1 - NÚMERO 1 - JULHO A DEZEMBRO DE 2004

[início](#)

TEXTUALIDADE E DIALOGISMO

Luciano Novaes Vidon
UNINCOR

ABSTRACT – This work intends discuss the principal textuality's features within a bakhtinian framework, which establishes dialogue as the principal linguistic mechanism. Within this perspective, as postulated by Bakhtin (1929), relations between the self and another within language are assumed to be constitutive of the textuality.

Parece ser possível dizer que desde, pelo menos, a Antiguidade Clássica, o texto é um objeto de discussão teórica. O debate entre Platão e os sofistas, por exemplo, parecia girar em torno da questão textual, num certo sentido. Preocupado com uma linguagem que refletisse uma razão ideal, Platão acusava os sofistas de construírem um texto falacioso, que não refletia a verdade das coisas. Nesse sentido, a questão da relação entre linguagem e verdade poderia ser vista como uma questão de coerência e, portanto, textual.

Por sua vez, o trabalho de Aristóteles, n' *Arte Retórica e Arte Poética* (1969), também poderia ser visto como tomando o texto enquanto objeto teórico, já que estavam em jogo, por exemplo, a estruturação do discurso retórico, também conhecida como “dispositio”.

De fato, tanto Platão quanto Aristóteles, nesses momentos, estão colocando em discussão a linguagem em uso, em processo e, especialmente, os efeitos de sentido que essa linguagem provoca através dos textos em que é veiculada. Estavam em jogo o poder de persuasão da linguagem, o poder, supostamente, de manipulação de realidades (também supostas), o poder poético, mimético, o poder, enfim, de a linguagem simbolizar discursivamente.

Desse embate teórico-filosófico, Platão sai “vitorioso” e a discussão sobre texto fica, praticamente, reduzida a uma parte da retórica, a estilística, dedicada, fundamentalmente, ao estudo figurativo da linguagem. Desse ponto de vista, o texto é concebido enquanto ornamentação discursiva (e não

interação, como parecia ser a perspectiva aristotélica).

Durante a Idade Média e o Renascimento, viu-se a acentuação dos estudos gramaticais (gramáticas neolatinas) em detrimento dos estudos textuais-estilísticos. Tais estudos gramaticais parecem ganhar mais força ainda com o advento da chamada ciência moderna (Galileu, Descartes, etc.) que aponta para a valorização de fatores como a sistematicidade, a objetividade, o distanciamento do objeto, tão caros à lingüística do início do séc. XX.

Dentro desse contexto epistemológico, surgem no séc. XVIII os estudos gramaticais filosóficos de Port-Royal, contrapondo o sistemático (lógico), que seria a própria Gramática, ao ideológico, marcado pela Estilística. Enquanto a Gramática estava preocupada com as regularidades do sistema lingüístico, a Estilística tentava dar conta dos aspectos mais subjetivos, idiossincráticos, excepcionais. A estilística tornava-se, assim, um lugar de excepcionalidades, notadamente, textuais.

O séc. XIX ficará marcado pelos estudos filológicos, comparativistas, históricos (através de análises de textos). Porém, os textos serão tomados enquanto produtos (documentos escritos) e não como “processos”, como era a perspectiva, naquele momento, de Humboldt, por exemplo.

Com o advento da lingüística moderna, a partir de Ferdinand de Saussure e de sua obra, *Curso de Lingüística Geral* (publicada postumamente em 1916, por alguns de seus alunos), a relação entre “língua(gem)” e “texto” é deslocada, em relação à perspectiva anterior, histórico-comparativista, em que o texto se sobrepunha à língua. No *Curso de Lingüística Geral*, a definição da *langue* como objeto da lingüística – e não o texto, que estaria no campo da *parole* (lugar de idiossincrasias, de heterogeneidade, de supostas irregularidades) – opõe uma Lingüística da Língua, que interessa à Saussure (1977 [1916]), a uma Lingüística da Fala, que não o interessa, dada uma certa obscuridade teórica de seus objetos (da *parole*, no caso).

A definição saussureana do objeto da lingüística negou ao texto um lugar teórico dentro dessa disciplina naquele momento. Outras áreas, entretanto, se encarregaram, nesse período, de estudá-lo, como a própria Estilística e, também, a Crítica Literária.

O texto se torna novamente objeto em discussão na lingüística a partir, principalmente, dos anos 60, com o surgimento de teorias enunciativas e discursivas variadas. Pêcheux, em *Análise automática do discurso* (1997 [1969]), introduz a sua proposta mostrando que o texto retornava à cena teórica da lingüística, em vários trabalhos de diferentes perspectivas. Para Pêcheux, o texto pressupõe condições de produção discursiva ligadas, basicamente, à situação, aos interlocutores envolvidos, ao tema do discurso e às imagens psicossociais de todos esses elementos. Com isso, o fundador da chamada Análise do Discurso francesa propõe dois deslocamentos teóricos básicos. O

primeiro é em relação à Saussure, passando do objeto “língua” – da lingüística saussureana – para o objeto “discurso” – da disciplina que Pêcheux estava fundando. O segundo deslocamento é em relação às análises textuais dos comparativistas-históricos. Pêcheux toma o texto não como produto mas como processo discursivo.

Mas o texto não é assumido, nesse momento, somente nessa perspectiva discursiva. Em um contexto fortemente formalista, os anos 70 vêm surgir, ao lado da Gramática Gerativo-Transformacional chomskiana, as Gramáticas de texto. Trata-se de uma perspectiva formalista que concebe o texto como unidade lingüística superior à frase e como uma sucessão ou combinação de frases.

Surgem, também, a partir desse momento, diversas outras teorias sobre o texto, pontos de vista diferenciados que construirão objetos teóricos distintos: cadeia de pronominalizações ininterruptas, cadeia de isotopias, complexo de proposições semânticas, etc. Vê-se que “texto” é uma noção vaga (PERELMAN, 1996), sujeita a determinadas perspectivas teóricas (ou seja, o ponto de vista cria o “objeto”, não só a língua, mas também o texto).

Os anos 80, entretanto, assistirão à alavancada de uma teoria do texto cujo diálogo retoma a retórica aristotélica, Humboldt, a filologia do séc. XIX e, em especial, as teorias discursivas e enunciativas. Nessa teoria, conforme Koch (1997), “... a construção do texto exige a realização de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotá-lo de certos elementos, propriedades ou marcas, os quais, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos.”

Em termos gerais, essa perspectiva, denominada de sócio-interacionista ou sócio-discursiva, entende o processo de produção textual como uma atividade humana interacional (discursiva), intersubjetiva (BENVENISTE, 1988; 1989), intencional, responsiva-ativa (BAKHTIN, 1992 [1929]) e argumentativa (DUCROT, 1987). Os sujeitos discursivos, os produtores e receptores textuais, são articuladores, configuradores (GERALDI, 1995) de mundos discursivos variados (BRONCKART, 1999). Nesses mundos discursivos, cujas coordenadas se encontram no mundo real, estão envolvidos uma complexa rede de fatores de textualidade, relacionados, basicamente, a: situação; jogo de imagens recíprocas – representações sociais, culturais, ideológicas; convicções, atitudes dos interactantes, conhecimentos partilhados, etc.

Os fatores de textualidade, conforme Koch (1997: 23), estão relacionados, em geral, a dois tipos de articulação, uma linear, mais lógica, em que se tem, em especial, os fatores de coesão textual (mecanismos textuais, cf. BRONCKART, 1999), e uma não-linear (paralógica), em que se tem fatores como a coerência, a intertextualidade e a polifonia (cf. KOCH, 1997).

Ainda segundo Koch (1997), há conhecimentos e estratégias implicados no processamento textual: conhecimentos lingüísticos, enciclopédicos, sócio-interacionais, ilocucionais, comunicacionais, metacognitivos, superestruturais, e estratégias cognitivas, sócio-interacionais e textuais.

Assim, o modelo sócio-interacionista se torna muito produtivo na atualidade. Para esse modelo, os fatores de textualidade estão intimamente relacionados à discursividade. Desse modo, ainda que tenhamos fatores textuais mais restritivamente definidos (ou definíveis), como a própria coesão, esses fatores dependem necessariamente de fatores discursivos.

Observemos, a esse respeito, o exemplo a seguir. Trata-se de um trecho do poema “Jaguadarte” de Lewis Carrol, autor de *Alice no País da Maravilhas*, traduzido por Augusto de Campos:

Era briluz.
As lesmolisas touvas
roldavam e relviam nos gramilvos.
Estavam mimisicais as pintalouvas
e os momirratos davam grilvos

Em termos formais, há claramente uma relação de coesão entre, por exemplo, “touvas” e “lesmolisas”, entre o sujeito elíptico de “relviam” e “as lesmolisas touvas”. No entanto, em termos semântico-pragmáticos, qual afinal é a relação entre “briluz”, “lesmolisas”, “touvas”, isto é, todas essas palavras estranhas, a princípio, e o texto todo?

Um texto objetiva construir um sentido (um efeito de sentido). Mas esse sentido não está exatamente no texto; ele se constrói a partir do texto, sob a forma da interação. Um texto está, paradoxalmente, cheio de lugares vazios, que precisam ser preenchidos – verdadeiros buracos, uns mais rasos, outros mais profundos: “Para se chegar às profundezas do implícito e dele extrair um sentido, faz necessário o recurso a vários sistemas de conhecimento e a ativação de processos e estratégias cognitivas e interacionais.” (KOCH, 1997: 25)

Também para Bentes (2001: 273), “...um texto sempre será constituído de uma multiplicidade de significações, tudo dependendo de diversos fatores, entre eles, a intenção de quem produz e, da parte do leitor ou destinatário, a disponibilidade de aceitar aquilo que é dito”.

Qual a relação, portanto, entre “x” e “y” em um texto? Qual a relação entre “briluz” e “lesmolisas”, por exemplo, no poema de Carrol? Aparentemente não há nenhuma relação significativa, isto é, do ponto de vista ideológico, a relação não é evidente. Acontece que essa relação há mas está em outro lugar, no discurso trazido pelo texto. Ou seja, todos os fatores freqüentemente tomados como essenciais para a textualidade estão subordinados a um fator maior, definido por Bakhtin (1992 [1929]) como

“dialogismo”.

Para Koch (1997: 57): “... do ponto de vista da construção dos sentidos, todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadores, ora concordantes, ora discordantes, o que faz com que se caracterize o fenômeno da linguagem humana, como bem mostra Bakhtin (1992), como essencialmente dialógico, e, portanto, polifônico”.

Estabelece-se, assim, uma relação direta entre “textualidade” e “dialogia”; coesão e coerência, polifonia e intertextualidade, são fatores dialógicos. A construção de sentidos no texto, conforme Bakhtin, deve ser responsiva-ativa, isto é, interativa e dialógica, sempre.

É somente a interação, o diálogo com o texto que torna possível o preenchimento dos lugares vazios. “Briluz” abre um vazio, “estavam mimisicais as pintalouvas” abre outro vazio, mas o texto todo, ou o todo do texto, abrem um vazio maior. Para preenchê-los, ou seja, para o texto começar a fazer sentido, ou algum sentido, pelo menos, é preciso contextualizá-lo social e historicamente, dar a ele um valor. Para isso, é preciso tentar encontrar o diálogo social e histórico que o fundou, o “projeto-de-dizer” do texto, o “querer-dizer” do locutor “x” ao interlocutor “y”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Teconoprint, 1969.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992. [1929].

BENTES, A. C. Lingüística textual. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. *Introdução à Lingüística – domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, Editora da Unicamp, 1988.

_____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BRONCKART, J.-P. *Atividade de linguagem, textos e discursos*. São Paulo: EDUC, 1999.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

GERALDI, J. W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação - A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1977.